

## Índice

### Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

### DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	10
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

### DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	20
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	21
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	22
Demonstração do Valor Adicionado	23

Relatório da Administração	24
----------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

### Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	87
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	89
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	90

## Índice

---

Motivos de Reapresentação	91
---------------------------	----

---

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	391.283
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>391.283</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Extraordinária	20/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	20/04/2011	Ordinária		0,01541

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2009</b>
1	Ativo Total	1.441.799	1.257.593	1.090.309
1.01	Ativo Circulante	481.314	192.240	296.709
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	268.131	183.812	245.830
1.01.01.01	Caixa e Bancos	268.131	183.812	245.830
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.663	7.552	2.101
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.663	7.552	2.101
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	203.520	876	48.778
1.01.08.03	Outros	203.520	876	48.778
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	203.327	791	48.623
1.01.08.03.03	Outros créditos	193	85	155
1.02	Ativo Não Circulante	960.485	1.065.353	793.600
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	214.926	219.640	8.528
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	1.742	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	1.742	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	214.926	217.898	8.528
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	146.016	112.770	8.528
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	68.910	105.128	0
1.02.02	Investimentos	718.064	829.524	398.496
1.02.02.01	Participações Societárias	718.064	829.524	398.496
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	718.064	829.524	398.496
1.02.03	Imobilizado	12.953	2.444	1.357
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.953	2.444	1.357
1.02.04	Intangível	14.542	13.745	385.219
1.02.04.01	Intangíveis	14.542	13.745	385.219

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2009</b>
2	Passivo Total	1.441.799	1.257.593	1.090.309
2.01	Passivo Circulante	335.912	257.173	97.469
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.776	4.510	3.531
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.776	4.510	3.531
2.01.02	Fornecedores	3.200	1.724	739
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.200	1.724	739
2.01.03	Obrigações Fiscais	824	2.685	1.183
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	824	2.685	1.183
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	824	2.685	1.183
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	191.589	197.356	5.117
2.01.04.02	Debêntures	191.589	197.356	5.117
2.01.05	Outras Obrigações	134.523	50.898	86.899
2.01.05.02	Outros	134.523	50.898	86.899
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	132.638	50.120	86.357
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	1.885	778	542
2.02	Passivo Não Circulante	248.546	420.909	597.821
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	248.539	420.902	597.821
2.02.01.02	Debêntures	248.539	420.902	597.821
2.02.02	Outras Obrigações	7	7	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	7	7	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	7	7	0
2.03	Patrimônio Líquido	857.341	579.511	395.019
2.03.01	Capital Social Realizado	391.283	391.283	438.465
2.03.02	Reservas de Capital	111	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	465.947	188.228	4.110
2.03.04.01	Reserva Legal	34.892	16.440	4.110
2.03.04.10	Reservas de dividendos	431.055	171.788	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-47.556

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	103.782	92.338	29.311
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-52.504	-65.949	-20.328
3.03	Resultado Bruto	51.278	26.389	8.983
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	353.110	324.070	106.559
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	0	0	-66
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.548	-4.435	-1.701
3.04.05.01	Outras Receitas/Despesas Líquidas	-4	-9	0
3.04.05.02	Amortização de Ágio de Investimento	-4.544	-4.426	-1.701
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	357.658	328.505	108.326
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	404.388	350.459	115.542
3.06	Resultado Financeiro	-27.790	-63.272	-23.035
3.06.01	Receitas Financeiras	48.599	12.647	7.585
3.06.02	Despesas Financeiras	-76.389	-75.919	-30.620
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	376.598	287.187	92.507
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.565	1.761	15
3.08.01	Corrente	-5.823	19	15
3.08.02	Diferido	-1.742	1.742	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	369.033	288.948	92.522
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	369.033	288.948	92.522
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,94000	0,74000	0,65000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	369.033	288.948	92.522
4.03	Resultado Abrangente do Período	369.033	288.948	92.522



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	29.486	4.196	-29.674
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	105.247	64.914	20.167
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	376.598	287.187	92.507
6.01.01.02	Depreciação e amortização	5.391	27.381	8.023
6.01.01.03	Amortização de ágio em investimentos	4.544	4.425	1.701
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	75.990	74.359	23.080
6.01.01.05	Resultado de equivalência patrimonial	-357.658	-328.505	-108.326
6.01.01.06	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	382	67	12
6.01.01.07	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	0	0	3.170
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-75.761	-60.718	-49.841
6.01.02.01	Tributos a recuperar	-2.111	-5.451	-2.101
6.01.02.02	Outros créditos e depósitos judiciais	-108	70	-156
6.01.02.03	Fornecedores	1.476	985	419
6.01.02.05	Obrigações sociais	1.266	979	152
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-1.861	1.502	939
6.01.02.08	Outras contas a pagar	1.107	236	431
6.01.02.09	Juros pagos	-69.707	-59.039	-48.142
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-5.823	0	-1.383
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	247.929	-51.980	51.195
6.02.01	Dividendos recebidos	262.036	85.411	51.066
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-17.079	-7.184	-1.946
6.02.03	Empresas relacionadas	2.972	-209.363	-1.094
6.02.04	Aumento de capital	0	79.156	1.500
6.02.05	Efeito do caixa e equivalentes de caixa de controladas recebido em aumento de capital	0	0	1.669
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-193.096	-14.234	224.307
6.03.01	Captação de notas promissórias e empréstimos	0	0	765.879
6.03.02	Captação de debêntures, líquida de custos com emissão	0	0	602.191
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-184.300	0	-1.138.416
6.03.04	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-8.796	-14.234	-5.347

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	84.319	-62.018	245.828
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	183.812	245.830	2
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	268.131	183.812	245.830

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	391.283	0	188.228	0	0	579.511
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	0	188.228	0	0	579.511
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	111	259.267	-350.581	0	-91.203
5.04.06	Dividendos	0	0	259.267	-326.118	0	-66.851
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.463	0	-24.463
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	111	0	0	0	111
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	369.033	0	369.033
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	369.033	0	369.033
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	18.452	-18.452	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	18.452	-18.452	0	0
5.07	Saldos Finais	391.283	111	465.947	0	0	857.341

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	438.465	0	4.110	-47.556	0	395.019
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	438.465	0	4.110	-47.556	0	395.019
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-47.182	0	171.788	-234.261	0	-109.655
5.04.01	Aumentos de Capital	225.604	0	0	0	0	225.604
5.04.06	Dividendos	0	0	171.788	-225.531	0	-53.743
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-8.730	0	-8.730
5.04.08	Incorporação Ágio Ecocataratas	15.298	0	0	0	0	15.298
5.04.09	Cisão Ecocataratas	-288.084	0	0	0	0	-288.084
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	294.147	0	294.147
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	288.948	0	288.948
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	5.199	0	5.199
5.05.02.06	Efeito Incorporação de Empresas	0	0	0	5.199	0	5.199
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	12.330	-12.330	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	12.330	-12.330	0	0
5.07	Saldos Finais	391.283	0	188.228	0	0	579.511

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	-4	0	-3
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	-4	0	-3
5.04	Transações de Capital com os Sócios	438.464	0	0	-78.086	0	360.378
5.04.01	Aumentos de Capital	438.464	0	0	0	0	438.464
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-8.978	0	-8.978
5.04.10	Dividendos	0	0	0	-69.108	0	-69.108
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.644	0	34.644
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	92.522	0	92.522
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-57.878	0	-57.878
5.05.02.06	Efeito da Incorporação	0	0	0	-57.878	0	-57.878
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.110	-4.110	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.110	-4.110	0	0
5.07	Saldos Finais	438.465	0	4.110	-47.556	0	395.019

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>
7.01	Receitas	119.284	104.853	33.026
7.01.02	Outras Receitas	119.284	104.853	33.026
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-18.738	-17.173	-5.597
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14.194	-12.747	-2.963
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.544	-4.426	-2.634
7.03	Valor Adicionado Bruto	100.546	87.680	27.429
7.04	Retenções	-5.391	-27.381	-9.724
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.391	-27.381	-9.724
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	95.155	60.299	17.705
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	406.257	341.152	115.911
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	357.658	328.505	108.326
7.06.02	Receitas Financeiras	48.599	12.647	7.585
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	501.412	401.451	133.616
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	501.412	401.451	133.616
7.08.01	Pessoal	32.858	25.829	6.857
7.08.01.01	Remuneração Direta	28.528	22.371	5.919
7.08.01.02	Benefícios	2.850	2.325	637
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.480	1.133	301
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	23.033	10.755	4.511
7.08.02.01	Federais	20.646	8.654	3.851
7.08.02.03	Municipais	2.387	2.101	660
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	76.488	75.919	29.726
7.08.03.01	Juros	64.392	64.131	29.285
7.08.03.03	Outras	12.096	11.788	441
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	369.033	288.948	92.522
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	24.463	8.730	8.978
7.08.04.02	Dividendos	0	5.504	69.108
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	344.570	274.714	14.436

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2009</b>
1	Ativo Total	2.764.145	2.444.185	2.046.736
1.01	Ativo Circulante	567.177	352.722	354.897
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	431.943	252.866	277.909
1.01.01.01	Caixa e Bancos	431.943	252.866	277.909
1.01.03	Contas a Receber	66.325	54.439	39.947
1.01.03.01	Clientes	66.325	54.439	39.947
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.374	7.891	2.101
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.374	7.891	2.101
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.062	3.695	2.379
1.01.07.01	Prêmios e Seguros a Apropriar	4.062	3.695	2.379
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	54.473	33.831	32.561
1.01.08.03	Outros	54.473	33.831	32.561
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	30.106	29.800	30.070
1.01.08.03.02	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	791	0
1.01.08.03.03	Outros créditos	24.367	3.240	2.491
1.02	Ativo Não Circulante	2.196.968	2.091.463	1.691.839
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	133.080	138.818	63.517
1.02.01.06	Tributos Diferidos	20.329	28.427	58.738
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.329	28.427	58.738
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	938	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	68.910	105.381	1.374
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	68.910	105.381	1.374
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	43.841	4.072	3.405
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	6.640	4.072	3.405
1.02.01.09.04	Títulos e Valores Mobiliários	37.201	0	0
1.02.03	Imobilizado	89.285	72.661	56.506
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	89.285	72.661	56.506
1.02.04	Intangível	1.974.603	1.879.984	1.571.816
1.02.04.01	Intangíveis	1.974.603	1.879.984	1.571.816

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2009</b>
2	Passivo Total	2.764.145	2.444.185	2.046.736
2.01	Passivo Circulante	801.196	909.613	449.934
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.243	12.314	9.534
2.01.01.01	Obrigações Sociais	14.243	12.314	9.534
2.01.02	Fornecedores	32.184	24.164	20.581
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	32.184	24.164	20.581
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.469	14.547	11.511
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.469	14.547	11.511
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	14.196	14.266	11.162
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	273	281	349
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	513.314	732.458	224.923
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	146.406	414.963	96.546
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	146.406	414.963	96.546
2.01.04.02	Debêntures	366.008	316.640	128.011
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	900	855	366
2.01.05	Outras Obrigações	172.759	88.823	116.413
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.790	121	2.072
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	36	0	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.754	121	2.072
2.01.05.02	Outros	170.969	88.702	114.341
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	132.638	50.120	86.357
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	17.082	15.205	13.600
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	21.249	23.377	14.384
2.01.06	Provisões	54.227	37.307	66.972
2.01.06.02	Outras Provisões	54.227	37.307	66.972
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	24.854	12.838	56.661
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	12.527	10.143	0
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	16.846	14.326	10.311
2.02	Passivo Não Circulante	1.102.566	948.397	1.201.783



**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2009</b>
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	934.977	784.783	1.002.876
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	112.481	40.610	11.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	112.481	40.610	11.000
2.02.01.02	Debêntures	822.306	743.113	991.019
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	190	1.060	857
2.02.02	Outras Obrigações	59.033	64.082	64.597
2.02.02.02	Outros	59.033	64.082	64.597
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	3.272	4.650	4.346
2.02.02.02.04	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	662	0	570
2.02.02.02.05	Credor pela concessão	55.099	59.432	59.681
2.02.03	Tributos Diferidos	21.354	14.519	5.059
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.354	14.519	5.059
2.02.04	Provisões	87.202	85.013	129.251
2.02.04.02	Outras Provisões	87.202	85.013	129.251
2.02.04.02.05	Provisões para perda tributárias, trabalhistas e cíveis	26.710	23.955	21.797
2.02.04.02.06	Provisões para manutenção	58.563	54.172	102.321
2.02.04.02.07	Provisões para construção de obras futuras	1.929	6.886	5.133
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	860.383	586.175	395.019
2.03.01	Capital Social Realizado	391.283	391.283	438.465
2.03.02	Reservas de Capital	111	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	465.947	188.228	4.110
2.03.04.01	Reserva Legal	34.892	16.440	4.110
2.03.04.10	Reserva de dividendos	431.055	171.788	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-47.556
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.042	6.664	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.372.706	1.354.487	400.358
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-592.648	-581.708	-177.638
3.03	Resultado Bruto	780.058	772.779	222.720
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-54.986	-72.605	-20.391
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-54.986	-72.605	-20.391
3.04.02.01	Outras Despesas/Receitas Líquidas	-269	494	182
3.04.02.02	Despesas Gerais e Administrativas	-54.717	-73.099	-20.573
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	725.072	700.174	202.329
3.06	Resultado Financeiro	-169.546	-249.011	-58.665
3.06.01	Receitas Financeiras	68.232	24.831	9.202
3.06.02	Despesas Financeiras	-237.778	-273.842	-67.867
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	555.526	451.163	143.664
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-181.944	-158.471	-51.142
3.08.01	Corrente	-167.305	-147.923	-49.894
3.08.02	Diferido	-14.639	-10.548	-1.248
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	373.582	292.692	92.522
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	373.582	292.692	92.522
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	369.033	288.948	92.522
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.549	3.744	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,94000	0,74000	0,65000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,94000	0,74000	0,65000

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	373.582	292.692	92.522
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	373.582	292.692	92.522
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	369.033	288.948	92.522
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.549	3.744	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	546.871	536.298	106.180
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	963.046	838.441	237.161
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	555.526	451.163	143.664
6.01.01.02	Depreciação e amortização	106.734	123.731	40.885
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	210.234	216.293	45.734
6.01.01.05	Variação monetária sobre credor pela concessão	9.548	29.773	2.916
6.01.01.06	Receita de títulos e valores mobiliários	-1.673	-1.624	-659
6.01.01.08	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	3.207	3.025	-217
6.01.01.09	Tributos diferidos	293	10.548	0
6.01.01.10	Provisão para manutenção e provisão para obras futuras	55.238	-5.321	-8
6.01.01.11	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e obras futuras	8.333	0	0
6.01.01.12	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	15.606	10.853	4.846
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-416.175	-302.143	-130.981
6.01.02.01	Clientes	-11.886	-10.150	-11.814
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-2.483	-6.135	-1.365
6.01.02.03	Despesas antecipadas	571	1.974	439
6.01.02.04	Outros créditos e depósitos judiciais	-23.695	1.074	393
6.01.02.05	Fornecedores	8.020	1.050	4.818
6.01.02.06	Obrigações sociais	1.929	2.642	334
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-70	2.289	2.997
6.01.02.08	Pagamento para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	-12.851	-4.118	-4.095
6.01.02.09	Outras contas a pagar	-3.506	-2.711	2.978
6.01.02.10	Juros pagos	-159.351	-142.696	-74.720
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-164.785	-145.362	-50.946
6.01.02.12	Pagamento de manutenção e construção de obras	-49.737	0	0
6.01.02.13	Partes relacionadas - fornecedores	1.669	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-192.093	-216.315	-47.781
6.02.01	Dividendos recebidos	791	0	0
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-221.184	-211.631	-47.258

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>
6.02.03	Empresas relacionadas	36.471	-4.684	-523
6.02.04	Acionistas não controladores	-8.171	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-175.701	-345.026	219.508
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-35.834	1.894	-17.920
6.03.02	Credor pela concessão	-12.004	-263.635	-3.659
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	533.252	767.534	816.136
6.03.04	Captação de debêntures, líquida de custos com emissão	0	0	602.191
6.03.05	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-652.972	-912.201	-1.158.416
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-8.797	-98.710	-63.389
6.03.07	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	654	0	0
6.03.08	Efeito caixa do aumento de capital com investimento líquido do caixa	0	0	44.565
6.03.09	Efeito caixa do aumento de capital c/ invest na Ecosul e Ecopistas, líquido da cisão da Ecocataratas	0	75.092	0
6.03.10	Aumento de Capital	0	85.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	179.077	-25.043	277.907
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	252.866	277.909	2
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	431.943	252.866	277.909

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	391.283	0	188.228	0	0	579.511	6.664	586.175
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	0	188.228	0	0	579.511	6.664	586.175
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	111	259.267	-350.581	0	-91.203	-8.171	-99.374
5.04.06	Dividendos	0	0	259.267	-326.118	0	-66.851	0	-66.851
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.463	0	-24.463	-8.171	-32.634
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	111	0	0	0	111	0	111
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	369.033	0	369.033	4.549	373.582
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	369.033	0	369.033	4.549	373.582
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	18.452	-18.452	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	18.452	-18.452	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	391.283	111	465.947	0	0	857.341	3.042	860.383

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	438.465	0	4.110	-47.556	0	395.019	0	395.019
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	438.465	0	4.110	-47.556	0	395.019	0	395.019
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-47.182	0	171.788	-234.261	0	-109.655	0	-109.655
5.04.01	Aumentos de Capital	225.604	0	0	0	0	225.604	0	225.604
5.04.06	Dividendos	0	0	171.788	-225.531	0	-53.743	0	-53.743
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-8.730	0	-8.730	0	-8.730
5.04.08	Incorporação Ágio Ecocataratas	15.298	0	0	0	0	15.298	0	15.298
5.04.09	Cisão Ecocataratas	-288.084	0	0	0	0	-288.084	0	-288.084
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	294.147	0	294.147	6.664	300.811
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	288.948	0	288.948	3.744	292.692
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	5.199	0	5.199	2.920	8.119
5.05.02.06	Efeito da incorporação de empresas	0	0	0	5.199	0	5.199	2.920	8.119
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	12.330	-12.330	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	12.330	-12.330	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	391.283	0	188.228	0	0	579.511	6.664	586.175

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	-4	0	-3	0	-3
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	-4	0	-3	0	-3
5.04	Transações de Capital com os Sócios	438.464	0	0	-78.086	0	360.378	0	360.378
5.04.01	Aumentos de Capital	438.464	0	0	0	0	438.464	0	438.464
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-69.108	0	-69.108	0	-69.108
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-8.978	0	-8.978	0	-8.978
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.644	0	34.644	0	34.644
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	92.522	0	92.522	0	92.522
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-57.878	0	-57.878	0	-57.878
5.05.02.06	Efeito da Incorporação	0	0	0	-57.878	0	-57.878	0	-57.878
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.110	-4.110	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.110	-4.110	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	438.465	0	4.110	-47.556	0	395.019	0	395.019



**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>
7.01	Receitas	1.459.662	1.443.489	424.906
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.459.662	1.443.489	424.906
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-443.484	-432.641	-133.136
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-415.328	-390.498	-122.369
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-28.156	-42.143	-10.767
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.016.178	1.010.848	291.770
7.04	Retenções	-106.734	-123.731	-40.885
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-106.734	-123.731	-40.885
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	909.444	887.117	250.885
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	68.232	24.831	9.202
7.06.02	Receitas Financeiras	68.232	24.831	9.202
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	977.676	911.948	260.087
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	977.676	911.948	260.087
7.08.01	Pessoal	96.883	97.941	28.571
7.08.01.01	Remuneração Direta	79.756	79.993	23.850
7.08.01.02	Benefícios	13.195	13.977	3.266
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.932	3.971	1.455
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	269.286	247.473	73.293
7.08.02.01	Federais	240.561	215.345	65.993
7.08.02.03	Municipais	28.725	32.128	7.300
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	237.925	273.842	65.701
7.08.03.01	Juros	159.799	166.983	54.461
7.08.03.02	Aluguéis	0	0	2.012
7.08.03.03	Outras	78.126	106.859	9.228
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	373.582	292.692	92.522
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	24.463	8.730	8.978
7.08.04.02	Dividendos	0	5.504	69.108
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	344.570	274.714	14.436
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	4.549	3.744	0

## Relatório da Administração

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

#### Senhores Acionistas

A Administração da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

#### Mensagem da Administração

Em 2011, registramos a passagem de mais de 174,6 milhões de veículos equivalentes pagantes. Nossas rodovias possuem o diferencial de estarem estrategicamente posicionadas nos principais corredores de exportação/importação e de circulação de bens para o mercado interno, de produção, de consumo e de turismo do País.

Em 2011, a EcoRodovias agiu de maneira eficiente, com a implementação de melhorias em suas operações, priorizando o controle de seus custos e a adequada gestão de seu caixa, garantindo assim o seu compromisso na manutenção dos seus indicadores de desempenho operacionais e econômico-financeiros, dentro do atual cenário econômico global.

Conscientes da vocação do grupo para a prestação de serviços e de suas responsabilidades sociais e ambientais, a EcoRodovias entra no ano de 2012 com eficiência econômico-financeira, geração de caixa consistente, comprometida com o crescimento sustentável e no retorno aos seus acionistas.

#### ESTRUTURA SOCIETÁRIA



#### PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. Estas práticas são apresentadas na nota nº 2 das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

## Relatório da Administração

### PERFIL DA COMPANHIA

A Companhia é a sub-holding controladora dos negócios de concessão rodoviária do Grupo EcoRodovias (Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar e Ecosul), além da prestação de serviços administrativos, de engenharia e tecnologia de informação para as empresas do Grupo EcoRodovias.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia por meio de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar e Ecosul administra rodovias nos principais corredores de importação e exportação brasileiro, detendo concessões com extensão total de 1.072,2 km de estradas de rodagem nos Estados de São Paulo, Paraná e também no Rio Grande do Sul, por onde passaram mais de 174,6 milhões de veículos equivalentes em 2011.

### DESEMPENHO OPERACIONAL

#### Concessões Rodoviárias - Tráfego

O tráfego consolidado atingiu a marca de 174,6 milhões de veículos equivalentes pagantes em 2011.

### RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Em relação à Ecocataratas, por processo de cisão ocorrido em dezembro de 2010, essa concessionária não figura mais como controlada da Companhia, sendo assim os resultados de 2010 refletem a consolidação do período de 11 meses para essa concessionária.

#### RECEITA BRUTA

A Receita Bruta consolidada atingiu R\$ 1.459,7 milhões em 2011.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2011	2010	Var.
Receita de pedágio	1.190,4	1.216,8	-2,2%
Receita de construção	193,0	174,2	10,8%
Receita serviços	30,6	4,8	n.m.
Receita acessória	45,7	47,7	-4,2%
<b>Total</b>	<b>1.459,7</b>	<b>1.443,5</b>	<b>1,1%</b>

#### Concessões Rodoviárias

- **Receita de Pedágio:** em 2011 a receita com arrecadação de pedágio atingiu R\$1.190,4 milhões. A redução da receita de pedágio ocorreu por a Ecocataratas não figurar mais como controlada da Companhia no ano de 2011. A receita com arrecadação de pedágios representou 81,6% da receita bruta consolidada da companhia.

- **Receitas Acessórias:** estas receitas acessórias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões.

- **Receita de Construção:** conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, no valor de R\$ 193,0 milhões, foram consideradas como receita de construção a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

## Relatório da Administração

### RECEITA LÍQUIDA

A Receita Líquida consolidada atingiu R\$ 1.372,7 milhões em 2011, sendo que as deduções sobre a receita bruta atingiram R\$ 87,0 milhões em 2011.

### CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2011, os custos e despesas consolidados atingiram R\$ 647,4 milhões, representando 47,2% da receita líquida. Segue abaixo tabela demonstrando a composição dos custos operacionais e despesas administrativas para 2011 e 2010.

<b>Custos operacionais e despesas administrativas</b>			
<b>( em milhõesde R\$)</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>Var.</b>
Pessoal	96,9	97,9	-1,0%
Conservação e manutenção	49,5	63,4	-21,9%
Serviços de terceiros	49,8	54,2	-8,1%
Poder concedente,seguros e locações	62,6	58,4	7,2%
Depreciação e amortização	106,7	123,7	-13,7%
Provisão para Manutenção	55,4	43,6	27,1%
Custo com construção de obras	193,0	174,2	10,8%
Outros	33,5	39,4	-15,0%
<b>TOTAL</b>	<b>647,4</b>	<b>654,8</b>	<b>-1,1%</b>

### EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA Ajustado, desconsiderando os efeitos da adoção do IFRS, ou seja, excluindo a Receita de Construção do saldo da Receita Líquida e excluindo o Custo de Construção e a Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados, totalizou R\$ 887,5 milhões, um crescimento de 2,4% em relação aos R\$ 867,0 milhões obtidos em 2010. A Margem EBITDA Ajustada foi de 75,2%, apresentando um crescimento de 1,7 ponto percentual

Considerando os efeitos da aplicação do IFRS em 2011, o EBITDA totalizou R\$ 832,1 milhões, um crescimento de 1,1% em relação aos R\$ 823,4 milhões obtidos em 2010.

A margem EBITDA considerando a aplicação do IFRS atingiu 60,6% em 2011, uma redução de 0,2 ponto percentual em relação 2010.

<b>EBTIDA Ajustado sem IFRS</b>			
<b>(em milhares de R\$)</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>Var.</b>
EBITDA IFRS	832,1	823,4	1,1%
Receita de construção	(193,0)	(174,2)	10,8%
Custos de construção	193,0	174,2	10,8%
Provisão para manutenção	55,4	43,6	27,1%
EBITDA Ajustada	<b>887,5</b>	<b>867,0</b>	2,4%
<b>Margem EBITDA Ajustada</b>	<b>75,2%</b>	<b>73,5%</b>	<b>1,7 p.p</b>

## Relatório da Administração

<b>EBTIDA IFRS</b>			
(em milhares de R\$)	2011	2010	Var.
Lucro líquido	373,6	292,7	27,6%
Depreciação e amortização	106,7	123,7	-13,7%
Resultado financeiro	169,6	249,0	-31,9%
Imposto de renda e contribuição social	181,9	158,5	14,8%
Outras despesas/receitas líquidas	0,3	(0,5)	n.m
<b>EBTIDA</b>	<b>832,1</b>	<b>823,4</b>	<b>1,1%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>60,6%</b>	<b>60,9%</b>	<b>-0,2 p.p</b>

### RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido em 2011 representou uma despesa de R\$ 169,6 milhões. As principais variações são relativas aos juros sobre debêntures e financiamentos.

### LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2011, o lucro líquido atingiu R\$ 373,6 milhões representando margem líquida de 27,2%.

### DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A Companhia encerrou dezembro de 2011 com saldo de caixa e equivalentes a caixa e títulos e valores mobiliários (sendo essas últimas aplicações financeiras vinculadas à liquidação das debêntures) no valor total de R\$ 431,9 milhões. A dívida bruta da Companhia nessa mesma data atingiu o valor de R\$ 1.448,3 milhões.

A composição da dívida bruta e dívida líquida está apresentada abaixo:

Endividamento (em milhares de R\$)	31/12/2011	31/12/2010	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
Debêntures- Ecorodovias Concessões e Serviços	440,1	618,3	-28,8%	100,0% CDI+1,5% a.a /8,75% a.a	nov/2015
Debêntures- Ecovias	335,9	441,5	-23,9%	104,0% CDI/ 9,5% a.a	nov/2014
Debêntures-Ecopistas	412,3	-	-	IPCA+8,25%	jan-23
Notas Promissórias Ecopistas	-	373,3	-	CDI+3,25% a.a	jun-10
BNDES -Ecopistas	96,8	-	-	taxa TJLP+2,45% a.a	nov-21
CCB- Ecovia	6,1	11,7	-47,9%	107,7% CDI	maio/2012
CCB- Ecovia	35,5	35,4	0,3%	110,20% CDI	nov/2012
CCB- Ecovia	44,5	-	-	109% do CDI	nov/2012
Leasing- Ecocataratas	-	0,4	-	1,21% a.m	mar/2013
CBB- Ecosul	39,6	35,3	12,2%	CDI+2,032% a.a	out/2014
Leasing- Ecovias	0,2	0,4	-50,0%	1,45% a.m	set/2012
CCB-Ecosul	36,4	-	-	109% do CDI	nov/2012
Leasing- Ecovias	0,6	0,9	-33,3%	1,34% a.m	dez/2012
Leasing- Ecovias	0,3	0,5	-40,0%	1,20% a.m	mar/2013
<b>Dívida Total</b>	<b>1.448,3</b>	<b>1.517,7</b>	<b>-4,6%</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	431,9	252,9	70,8%		
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.016,4</b>	<b>1.264,8</b>	<b>-19,6%</b>		

## Relatório da Administração

### INVESTIMENTOS

Os investimentos consolidados realizados na Companhia, em 2011 somaram de R\$ 221,1 milhões, e estão assim divididos:

CAPEX (em milhões de R\$)	2011			2010		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
<b>Concessões Rodoviárias</b>						
Ecovias dos Imigrantes	75,2	41,2	116,4	52,2	41,2	93,4
Ecopistas	67,4	-	67,4	107,3	-	107,3
Ecovia Caminho do Mar	28,3	-	28,3	25,8	9,3	35,1
Ecocataratas	-	-	-	3,8	22,6	26,4
Ecosul - Rodovias do Sul	33,1	4,3	37,4	19,1	4,3	23,4
EcoRodovias Conc. e Serviços	17,1	-	17,1	7,2	-	7,2
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>221,1</b>	<b>45,5</b>	<b>266,6</b>	<b>215,4</b>	<b>77,4</b>	<b>292,8</b>

### DIVIDENDOS

Para o exercício de 2011, a Companhia propôs o pagamento de dividendos complementares no montante total de R\$ 66,8 milhões e juros sobre capital próprio de R\$24,5 milhões, que somados aos juros sobre o capital próprio totalizam o mínimo obrigatório de R\$91,3 milhões, deste total o valor de R\$ 6,0 milhões foram pagos antecipadamente em 20 de abril de 2011, restando a pagar o montante de R\$ 85,3 milhões. Esta proposta está sujeita a aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

### GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Grupo EcoRodovias se compromete, ao adotar as melhores práticas de governança corporativa, com a eficiência e a transparência de sua gestão e o firme propósito de criar valor para seus acionistas, uma vez que o objetivo é fazer com que as decisões sejam tomadas visando o melhor interesse da empresa a longo prazo.

### GESTÃO DE PESSOAS

O Grupo EcoRodovias conquistou, em 2011, o direito de permanecer por mais um ano no restrito grupo de empresas que se diferenciam no mercado pela excelência da sua gestão de pessoas. Pela terceira vez consecutiva, está entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com pesquisa da Revista Exame/Você S.A, entre as 50 melhores empresas em IDHO – Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional e no Ranking das 100 Melhores Empresas para se Trabalhar pela Revista Época /Great Place to Work. A área de Recursos Humanos prioriza programas que visam ao bem estar dos colaboradores, com destaque para o Programa de Formação de Líderes, que busca o desenvolvimento de competências dos colaboradores.

### RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Por meio de práticas e conceitos predefinidos na Política de Responsabilidade Social, aprovada pelo Conselho de Administração de sua controladora, a Companhia adota iniciativas que representam efetiva contribuição para o desenvolvimento sociocultural de diversos públicos de relacionamento, com ênfase para as comunidades lindeiras, usuários e colaboradores.

Dentre os programas de responsabilidade socioambiental do grupo, destaca-se o Ecoviver, programa que busca, de forma multidisciplinar, conscientizar crianças e jovens das escolas públicas dos municípios no entorno das rodovias administradas pelo grupo a necessidade de se dar uma destinação correta aos resíduos. Desde 2006, quando foi criado, o projeto já atendeu cerca de 224 mil crianças em mais de 24 cidades nos estados de atuação da EcoRodovias.

### RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Deloitte Auditores Independentes prestou os seguintes serviços: Serviços de auditoria das

## Relatório da Administração

demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; Revisão dos controles internos; Revisão Especial das Informações Trimestrais preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; e auditoria contábil das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade - International Financial Reporting Standards (IFRS).

\*\*\*\*\*

*As informações no comentário de desempenho nos primeiros nove meses do ano sobre o Volume de Tráfego, Tarifa Média, Margem EBITDA, Capex e aspectos quantitativos sobre o EBIT e EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.*

## Notas Explicativas

### ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada Ecoporto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. Mediante a incorporação das empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. (“ECSC”) e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (“ECSE”), os seguintes serviços passaram a ser prestados: prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas no mercado de capitais.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 4.

#### 2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.
- b) As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.



## Notas Explicativas

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

### 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais - R\$, a moeda funcional da Companhia.

### 2.4. Base de consolidação e mensuração dos investimentos

#### a) Investimentos em empresas controladas (controladora)

Nas demonstrações financeiras individuais (controladora), a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial.

#### b) Investimentos em empresas controladas (consolidado)

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral e tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha em substância o controle de outras empresas constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada como um componente do patrimônio líquido consolidado e da demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na rubrica “Participação dos acionistas não controladores”.

## Notas Explicativas

### 2.5. Ágio (ativo de vida útil indefinida)

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa, da Companhia desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é alocada, primeiramente, para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

### 2.6. Instrumentos financeiros ativos

Podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

#### a) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, ativos de caixa e bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados, contas a receber de clientes e outras e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa, a Companhia considera e avalia os instrumentos, cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado nem de realização.

## Notas Explicativas

### b) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

### 2.7. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e as máquinas e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear pelo menor prazo entre a vida útil estimada de cada ativo e o prazo da concessão. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente no fim de cada exercício patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

### 2.8. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definido, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

## Notas Explicativas

### 2.9. Provisão para recuperação de ativos de longa vida com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente os ativos imobilizado e os intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

### 2.10. Passivos financeiros

#### Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide notas explicativas nº 16, nº 17 e nº 18). Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim de cada exercício.

### 2.11. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

## Notas Explicativas

### 2.12. Tributos

#### a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada sobre o resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

#### b) Tributos diferidos

O imposto de renda diferido (“tributo diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporais no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporais tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporais dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporais dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporais resultantes de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal, e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

#### c) As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado, e o ISS é apresentado como dedução dos custos e serviços, com exceção da controlada direta Ecovias, em que o ISS é apresentado como custo dos serviços prestados.

## Notas Explicativas

### 2.13. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 24.

#### a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A parcela significativa do contas a receber refere-se à parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias”), que presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamento “Sem Parar”, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

### 2.14. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos no fim de cada exercício.

### 2.15. Benefícios a empregados - plano de opção com base em ações

A Companhia e suas controladas oferecem a seus empregados plano de opção com base em ações e recebem os serviços como contraprestações. O plano de opção com base em ações será liquidado com as ações da controladora direta EcoRodovias.

O plano de opção com base em ações para empregados é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Vide nota explicativa nº 25.f).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que será adquirida. O impacto da revisão em relação às

## Notas Explicativas

estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido, na rubrica “Reserva de capital - plano de opção com base em ações”, que registrou o benefício aos empregados.

### 2.16. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como receitas antecipadas, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operação e serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

### 2.17. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos, financiamentos, debêntures e credor pela concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 29.

### 2.18. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

### 2.19. Lucro básico e diluído por ação

Calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

## Notas Explicativas

### 2.20. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da referida demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### 2.21. Novas normas, alterações e interpretações de normas

IFRSs novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As IFRSs novas e revisadas a seguir foram adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

- Modificações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (como parte das melhorias às IFRSs emitidas em 2010): esclarecem que uma entidade pode optar por divulgar uma análise de outro resultado abrangente por item na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.
- IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas (já adotada pelo CPC): IAS 24 (revisada em 2009) modificou dois aspectos: (a) IAS 24 (revisada em 2009) introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais; e (b) IAS 24 (revisada em 2009) alterou a definição de parte relacionada.
- Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos: tratam da classificação de certos direitos denominados em uma moeda estrangeira como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.



## Notas Explicativas

- Modificações à IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento: as modificações determinam, entre outros aspectos, quando as restituições ou reduções de contribuições futuras devem ser consideradas como disponíveis de acordo com a IAS 19.58.
- IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais: fornece orientação sobre como contabilizar a extinção de um passivo financeiro por meio da emissão de instrumentos patrimoniais.
- Modificações à IFRS 3 - Combinações de Negócios: esclarecem que a opção de avaliar participações minoritárias na data da aquisição estará disponível apenas no caso de essas participações, que representam participações minoritárias atuais, derem a seus detentores o direito à participação proporcional no acervo líquido da entidade em caso de liquidação. Todos os demais tipos de participações minoritárias são avaliados ao valor justo na data da aquisição, a menos que outras normas exijam que outra base de avaliação seja utilizada. Além disso, a IFRS 3 foi modificada para fornecer mais orientações acerca da contabilização da compensação com base em ações detidas pelos empregados da adquirida.

### 2.22. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

- Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (1): aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo certo nível de exposição ao ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2): introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo por meio do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo na respectiva rubrica resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (2): substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
- IFRS 11 - Acordos de Participação: substitui a IAS 31 - Participações em “Joint Ventures” e aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado.

## Notas Explicativas

- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (2): é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (2): apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo.
- Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (3): permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente, de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (2): altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (2): reflete as modificações da contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária.
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” (2): as alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer que: (a) um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de “impairment” de acordo com a IAS 36 - “Impairment” de Ativos; (b) qualquer perda por “impairment” a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ágio); e (c) as reversões de “impairment” são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.

(1) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011.

(2) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

(3) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

A Administração avaliou as novas normas e, considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

## Notas Explicativas

### 3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs emitidas pelo IASB determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizado na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

#### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção, como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. O tratamento contábil aplicado ao contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 35.

#### Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo intangível com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

## Notas Explicativas

### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente ocorre em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo de soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão, nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente de realização de obras futuras.

### Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, aos custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e à empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

### Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente no fim de cada exercício, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

## Notas Explicativas

### Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para obras futuras decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer face às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto que varia entre 9,62% e 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do exercício. Vide nota explicativa nº 23.
- b) Credores pela concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 21.

### Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o fim da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada no resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou situações que requerem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

## 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e as participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária, ou seja, a detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detenha a maioria das ações com direito a voto).

## Notas Explicativas

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas consolidadas:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Controladas diretas:		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	100%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	90%	90%

As atividades das controladas diretas são como segue:

### Controladas diretas

- A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos Imigrantes”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Ecovia Caminho do Mar”) foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto.
- A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Ecosul”) foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. Tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.

### Cisão

- Em 29 de dezembro de 2010, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e da controlada direta Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas a cisão parcial da Companhia, com a consequente incorporação do patrimônio líquido cindido pela Ecocataratas e, consequentemente, a incorporação do acervo líquido cindido, celebrado na mesma data entre a Companhia, a Ecocataratas e a controladora direta EcoRodovias, como interveniente anuente. O valor contábil do patrimônio líquido da Companhia, cindido e vertido à Ecocataratas, foi avaliado em R\$249.619, observada a dedução do conjunto de ações da Ecocataratas no valor de R\$23.168, anteriormente detidas pela Companhia.

## Notas Explicativas

- Em decorrência da cisão parcial, o capital social da Companhia foi reduzido a R\$205.005, mediante o cancelamento de 272.786.976 ações, que foram suportadas exclusivamente por sua acionista majoritária, a EcoRodovias. O capital social da Ecocataratas foi aumentado para R\$291.468, mediante a emissão de 249.619.261 novas ações representativas do capital social da Ecocataratas. Essas ações foram subscritas e integralizadas com o patrimônio cindido da Companhia incorporado pela Ecocataratas e atribuídas, exclusivamente, à EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.
- Em razão da operação descrita, a Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela EcoRodovias.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos-				
Em moeda nacional	5.057	23	26.354	12.277
Aplicações financeiras:				
Fundo exclusivo (a)	229.441	113.596	229.441	113.596
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	<u>33.633</u>	<u>70.193</u>	<u>176.148</u>	<u>126.993</u>
	<u>268.131</u>	<u>183.812</u>	<u>431.943</u>	<u>252.866</u>

- (a) Fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria “renda fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

A composição da carteira do Fundo está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e Letras Financeiras do Tesouro - LFTs, sendo:

- 52,81% de operações compromissadas com rentabilidade prefixada atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI de instituições financeiras nacionais consideradas de primeira linha.
- 16,95% de CDB com rentabilidade prefixada atrelada ao CDI.
- 30,24% de LFTs.

Caso o título ou valor mobiliário receba classificações diferentes, prevalecerá aquela mais conservadora.

## Notas Explicativas

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Além disso, o Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

A carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários - vinculados está composta conforme segue:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
CDB	38.890	43.905
Operação compromissada	121.168	59.865
LFT	<u>69.383</u>	<u>9.826</u>
	<u>229.441</u>	<u>113.596</u>

- (b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 102,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

### 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
CDB	<u>67.307</u>	<u>29.800</u>
Circulante	<u>30.106</u>	<u>29.800</u>
Não circulante	<u>37.201</u>	<u>-</u>

Formados por CDB e remunerados a taxas que variam entre 101,0% e 102,72% do CDI e refletem as condições de mercado no fim de cada exercício. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 18).

### 7. CLIENTES - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Representados substancialmente por valores a receber de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.



**Notas Explicativas**

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pedágio eletrônico - concessionárias (*)	58.360	44.481
Cupons de pedágio	4.104	7.165
Outras contas	<u>3.861</u>	<u>2.793</u>
	<u>66.325</u>	<u>54.439</u>

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

(\*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias, presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar".

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer	66.307	54.432
Vencidos:		
Até 30 dias	17	2
De 31 a 60 dias	<u>1</u>	<u>5</u>
	<u>66.325</u>	<u>54.439</u>

**8. TRIBUTOS A RECUPERAR**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9.550	6.463	10.062	6.789
Outros	<u>113</u>	<u>1.089</u>	<u>312</u>	<u>1.102</u>
	<u>9.663</u>	<u>7.552</u>	<u>10.374</u>	<u>7.891</u>

Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e aos pagamentos de estimativas mensais de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O saldo será utilizado para compensar os saldos de passivos referentes a IRPJ, CSLL, PIS, Cofins e IRRF e PIS, Cofins e CSLL retidos.

**Notas Explicativas****9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER - CONTROLADORA (BR GAAP)**

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui R\$203.327 (R\$791 em 31 de dezembro de 2010) referentes a dividendos e juros sobre capital próprio a receber, conforme segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - dividendos e juros sobre o capital próprio	196.653	-
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. - juros sobre o capital próprio	81	-
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas - dividendos	6.593	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas - juros sobre o capital próprio	-	<u>791</u>
	<u>203.327</u>	<u>791</u>

**10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldos no início do exercício	4.072	2.654
Adições	3.811	2.036
Baixas	(2.735)	(927)
Atualização monetária	<u>1.492</u>	<u>309</u>
Saldos no fim do exercício	<u>6.640</u>	<u>4.072</u>

**11. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA (BR GAAP)**

	Valores das investidas 31/12/2011		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	372.483	242.718	100	100	372.483	447.873	242.718	205.495
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	28.696	53.447	100	100	28.696	41.630	53.447	42.662
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (*)	212.945	20.548	100	100	212.945	198.938	20.548	9.690
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - ECOSUL	-	-	-	100	-	-	-	36.964
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	30.416	45.494	90	90	27.374	59.973	40.945	33.694
	-	-	-	-	<u>76.566</u>	<u>81.110</u>	-	-
					<u>718.064</u>	<u>829.524</u>	<u>357.658</u>	<u>328.505</u>

(\*) Vide nota explicativa nº 4.

**Notas Explicativas**

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está apresentada a seguir:

	31/12/2010	Dividendos e JSCP	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2011
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	447.873	(318.139)	-	31	242.718	372.483
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	41.630	(66.381)	-	-	53.447	28.696
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas	198.938	(6.593)	-	52	20.548	212.945
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	59.973	(73.572)	-	28	40.945	27.374
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	81.110	-	(4.544)	-	-	76.566
	<u>829.524</u>	<u>(464.685)</u>	<u>(4.544)</u>	<u>111</u>	<u>357.658</u>	<u>718.064</u>

**12. IMOBILIZADO****a) Controladora (BR GAAP)**

	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	675	152	462	-	-	68	1.357
Adições	468	10	32	300	110	477	1.397
Transferências	146	-	-	-	-	-	146
Depreciação	(345)	(22)	(62)	-	(11)	(16)	(456)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>944</u>	<u>140</u>	<u>432</u>	<u>300</u>	<u>99</u>	<u>529</u>	<u>2.444</u>
Adições	1.068	189	93	1.405	3.030	522	6.307
Baixas	(5)	-	-	-	-	(377)	(382)
Transferências	-	-	-	-	5.292	-	5.292
Depreciação	(431)	(47)	(66)	-	(143)	(21)	(708)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>1.576</u>	<u>282</u>	<u>459</u>	<u>1.705</u>	<u>8.278</u>	<u>653</u>	<u>12.953</u>
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	4,0	10,0	

**b) Consolidado (IFRS e BR GAAP)**

	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	19.569	6.474	2.563	3.361	11.942	12.597	56.506
Incorporação de empresas	15.096	1.447	856	-	23	2.185	19.607
Cisão Ecocataratas	(3.349)	(1.141)	(154)	-	(4.362)	(1.652)	(10.658)
Adições	14.771	744	1.678	300	877	883	19.253
Baixas	(33)	(32)	(7)	-	-	(1.406)	(1.478)
Transferências	275	478	-	-	1.256	-	2.009
Depreciação	(9.019)	(1.305)	(566)	-	(806)	(882)	(12.578)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>37.310</u>	<u>6.665</u>	<u>4.370</u>	<u>3.661</u>	<u>8.930</u>	<u>11.725</u>	<u>72.661</u>
Adições	17.852	2.003	766	1.405	3.058	3.123	28.207
Baixas	(7)	(6)	(5)	-	-	(960)	(978)
Transferências	15	-	14	-	5.292	-	5.321
Depreciação	(11.716)	(1.510)	(616)	-	(977)	(1.107)	(15.926)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>43.454</u>	<u>7.152</u>	<u>4.529</u>	<u>5.066</u>	<u>16.303</u>	<u>12.781</u>	<u>89.285</u>
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	4,5	13,1	

**Notas Explicativas**

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

**13. INTANGÍVEL****a) Controladora (BR GAAP)**

	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	-	11.955	11.995
Adições	619	5.168	5.787
Baixas	-	(67)	(67)
Transferências	-	(146)	(146)
Amortização	-	(3.784)	(3.784)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>619</u>	<u>13.126</u>	<u>13.745</u>
Adições	5.774	4.998	10.772
Transferências	(5.292)	-	(5.292)
Amortização	-	(4.683)	(4.683)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>1.101</u>	<u>13.441</u>	<u>14.542</u>
Taxas anuais de amortização - %	-	20%	

**b) Consolidado (IFRS e BR GAAP)**

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Ágio Cataratas</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.184.670	373.264	944	12.925	13	1.571.816
Incorporação de empresas	650.220	-	632	600		651.452
Cisão - Ecocataratas	(70.636)	(350.124)	-	(182)	(11)	(420.953)
Adições	132.232	-	53.816	6.330	-	192.378
Baixas	(349)	-	(1.131)	(67)	-	(1.547)
Transferências	50.988	-	(52.851)	(146)	-	(2.009)
Amortização	(83.614)	(23.140)	-	(4.399)	-	(111.153)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>1.863.511</u>	<u>          </u>	<u>1.410</u>	<u>15.061</u>	<u>2</u>	<u>1.879.984</u>

**Notas Explicativas**

	Contratos de concessão	Obras em andamento	Software	Outros	Total
Adições	156.093	31.477	5.407	-	192.977
Baixas	(824)	(1.403)	-	(2)	(2.229)
Transferências	20.839	(26.160)	-	-	(5.321)
Amortização	(85.542)	-	(5.266)	-	(90.808)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>1.954.077</u>	<u>5.324</u>	<u>15.202</u>	<u>-</u>	<u>1.974.603</u>
Taxas anuais de amortização - %	(*)		-	20%	-

(\*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização foram de 2,05% a 6,41% (2,02% a 6,20% em 31 de dezembro de 2010).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

**14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Tributos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	-	9.081	8.145
Provisão para manutenção e amortização do intangível	-	-	(14.278)	(421)
Ágio (benefício fiscal da incorporação da Ecosul Participações)	-	2.624	4.190	4.484
Outros	<u>-</u>	<u>(882)</u>	<u>(18)</u>	<u>1.700</u>
	<u>-</u>	<u>1.742</u>	<u>(1.025)</u>	<u>13.908</u>
Ativo diferido	-	1.742	20.329	28.427
Passivo diferido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(21.354)</u>	<u>(14.519)</u>
	<u>-</u>	<u>1.742</u>	<u>(1.025)</u>	<u>13.908</u>

**Notas Explicativas**

A Administração preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis pela Companhia e por suas controladas, no contexto das principais variáveis de seus negócios que podem, portanto, sofrer alterações.

## b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Varição no:				
Imposto de renda corrente	(4.230)	19	(122.765)	(108.588)
Imposto de renda diferido	<u>(1.089)</u>	<u>1.089</u>	<u>(10.570)</u>	<u>(7.994)</u>
	<u>(5.319)</u>	<u>1.108</u>	<u>(133.335)</u>	<u>(116.582)</u>
Varição na:				
Contribuição social - corrente	(1.593)	-	(44.540)	(39.335)
Contribuição social - diferida	<u>(653)</u>	<u>653</u>	<u>(4.069)</u>	<u>(2.554)</u>
	<u>(2.246)</u>	<u>653</u>	<u>(48.609)</u>	<u>(41.889)</u>

## c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	376.598	287.187	555.526	451.163
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(128.043)	(97.644)	(188.879)	(153.395)
Equivalência patrimonial	121.604	111.692	-	-
Juros sobre o capital próprio	(8.317)	(3.744)	(8.317)	(3.744)
Imposto de renda e contribuição social sobre as adições permanentes	<u>7.191</u>	<u>(8.543)</u>	<u>15.252</u>	<u>(1.332)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(7.565)</u>	<u>1.761</u>	<u>(181.944)</u>	<u>(158.471)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(5.823)	19	(167.305)	(147.923)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(1.742)	1.742	(14.639)	(10.548)

**Notas Explicativas**

## 15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Impostos sobre faturamento:				
ISS	100	89	5.815	4.686
Cofins	446	337	3.914	3.035
PIS	97	73	848	576
ISS na fonte	9	4	846	370
Outros impostos	<u>172</u>	<u>2.182</u>	<u>2.773</u>	<u>5.599</u>
	<u>824</u>	<u>2.685</u>	<u>14.196</u>	<u>14.266</u>

## 16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Em moeda nacional:				
Capital de giro	Novembro de 2012	109% do CDI	80.883	-
Capital de giro	Mai de 2012	107,7% do CDI	6.213	11.692
Capital de giro	Novembro de 2011	110,2% do CDI	35.461	35.434
BNDES	Junho de 2021	TJLP + 2,45% a.a.	96.765	-
Capital de giro	Outubro de 2014	CDI + 2,032% a.a.	39.565	35.110
Notas promissórias	Abril de 2011	CDI + 1,20% a.a.	-	<u>373.337</u>
			<u>258.887</u>	<u>455.573</u>
Circulante			<u>146.406</u>	<u>414.963</u>
Não circulante			<u>112.481</u>	<u>40.610</u>

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	-	5.500
2013	22.274	-
2014	22.541	35.110
2015	9.303	-
2016	9.303	-
Posterior a 2016	<u>49.061</u>	-
	<u>112.481</u>	<u>40.610</u>

a) Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

- Em 8 de dezembro de 2010, a controlada direta Ecopistas realizou a quinta distribuição pública de notas promissórias comerciais, com subscrição e integralização de 10 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$37.100, perfazendo o valor total de R\$371.000, com vencimento em 120 dias da emissão, e remuneradas pela variação do CDI mais 1,20% ao ano. As notas promissórias foram quitadas em 18 de março de 2011.

## Notas Explicativas

- Em fevereiro de 2011, a Companhia firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foi liberado o 1º subcrédito no valor de R\$79.200, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2012 a setembro de 2021, em 114 parcelas. Entre outras, em garantia do empréstimo, a controlada direta Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação a, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2011.
- O empréstimo refere-se à captação para capital de giro pelas controladas Ecovia Caminho do Mar e Ecosul, a qual não exige a manutenção de índices financeiros (“covenants”). Para os empréstimos foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia.

Para as operações de empréstimo foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.

- Em 11 de novembro de 2011, a controlada Ecovia Caminho do Mar celebrou contrato de cédula de crédito bancário, no valor de R\$44.000, com a finalidade de capital de giro. A Ecovia Caminho do Mar, por meio de um aditivo de contrato, prorrogou o empréstimo no valor de R\$35.000, com vencimento em novembro de 2012.
- Em novembro de 2011, a controlada direta Ecosul celebrou contrato no valor de R\$36.000, com a finalidade de capital de giro, em que a Companhia será sua avalista, com vencimento em novembro de 2012.
- Para o empréstimo da Ecosul, exige-se a manutenção de índices financeiros (“covenants”). A razão entre seu endividamento líquido e seu “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” deverá ser menor ou igual a 1,5 e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2011. Entre outras, em garantia do empréstimo, a controlada direta Ecosul fez cessão fiduciária dos direitos creditórios do pedágio e tem como avalista a controladora direta EcoRodovias.

### 17. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.



**Notas Explicativas**

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	892	842
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>191</u>	<u>1.060</u>
	1.083	1.902
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>7</u>	<u>13</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>1.090</u>	<u>1.915</u>
Circulante	<u>900</u>	<u>855</u>
Não circulante	<u>190</u>	<u>1.060</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica "Ativo imobilizado", apresenta R\$1.554 e R\$1.799 em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respectivamente, e refere-se a equipamentos e caminhões.

**18. DEBÊNTURES**

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Principal corrigido	434.414	608.912	1.155.215	1.039.944
Remuneração (juros)	9.423	15.190	51.518	29.676
Custos com emissão de debêntures	<u>(3.709)</u>	<u>(5.844)</u>	<u>(18.419)</u>	<u>(9.867)</u>
	<u>440.128</u>	<u>618.258</u>	<u>1.188.314</u>	<u>1.059.753</u>
Circulante	<u>191.589</u>	<u>197.356</u>	<u>366.008</u>	<u>316.640</u>
Não circulante	<u>248.539</u>	<u>420.902</u>	<u>822.306</u>	<u>743.113</u>

A Companhia concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira séries no montante de R\$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e remuneração correspondente a 8,75% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre elas.

## Notas Explicativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou pagamento de R\$184.300, referente à primeira série das debêntures.

Essa operação teve classificação de risco brA+ da Standard & Poors.

A controlada direta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses com vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

A Companhia efetuou pagamento de R\$162.566 no exercício de 2011 (R\$161.500 em 2010), sendo R\$65.816 (R\$64.750 em 2010) referentes a juros da primeira, segunda e terceira séries das debêntures e R\$96.750 (R\$96.750 em 2010) referentes ao valor principal da primeira, segunda e terceira séries.

Essa operação teve classificação de risco “brAA-” da Standard & Poors.

A controlada Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor de R\$92.500, com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor de R\$92.500, com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada ao IPCA + 8,25%, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Não foram registrados pagamentos de principal e juros para as debêntures da controlada Ecopistas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

As principais características das debêntures emitidas são:

Descrição	Companhia	Ecovias dos Imigrantes	Ecopistas
Forma e conversibilidade	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	600.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$1.000,00	R\$10,00	R\$1.000.000,00
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2011	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$1,20 3ª série - R\$1,15	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$8,77 3ª série - R\$8,37	1ª série - R\$1.062,74 2ª série - R\$1.062,74 3ª série - R\$1.062,74 4ª série - R\$1.062,74

## Notas Explicativas

<u>Descrição</u>	<u>Companhia</u>	<u>Ecovias dos Imigrantes</u>	<u>Ecopistas</u>
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 1,5% ao ano 2ª e 3ª séries - 8,75% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - juros remuneratórios a serem definidos em processo de "bookbuilding", com taxa-teto correspondente ao cupom da NTN-B 2017 + 2,20% a.a. (252 dias úteis)
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/05/10 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/11 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/10 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/05/11 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/13 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/13 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta-corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor.	a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida).  b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses antes do vencimento de cada prestação).
Instituição depositária das debêntures	Itaú Corretora de Valores S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC	CETIP e CBLC	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Pavarini Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Planner Trustee DTVM Ltda.

**Notas Explicativas**

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	Controladora (BR GAAP)					
	31/12/2011			31/12/2010		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2012	-	-	-	184.300	(1.610)	182.690
2013	144.800	(1.034)	143.766	141.532	(1.236)	140.296
2014	52.649	(332)	52.317	49.382	(431)	48.951
2015	<u>52.665</u>	<u>(209)</u>	<u>52.456</u>	<u>49.397</u>	<u>(432)</u>	<u>48.965</u>
	<u>250.114</u>	<u>(1.575)</u>	<u>248.539</u>	<u>424.611</u>	<u>(3.709)</u>	<u>420.902</u>

  

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31/12/2011			31/12/2010		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2012	-	-	-	303.903	(2.684)	301.219
2013	307.315	(3.287)	304.028	261.135	(2.310)	258.825
2014	181.415	(1.966)	179.449	135.235	(1.130)	134.105
2015	88.412	(1.317)	87.095	49.396	(432)	48.964
2016	35.747	(1.108)	34.639	-	-	-
2017	<u>223.417</u>	<u>(6.322)</u>	<u>217.095</u>	-	-	-
	<u>836.306</u>	<u>(14.000)</u>	<u>822.306</u>	<u>749.669</u>	<u>(6.556)</u>	<u>743.113</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção de índices financeiros menores ou iguais a 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA, índices financeiros maiores ou iguais a 3,0 pontos em relação ao EBITDA e à despesa financeira líquida e dívida líquida menor ou igual a R\$800.000 com base não consolidada, tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente, considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada Ecovias dos Imigrantes requer a manutenção dos índices financeiros menores ou iguais a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente, considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada Ecopistas requer a manutenção dos índices financeiros menores que 4,00, obtidos pela razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses, e maiores que 1,20. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente, considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

**Notas Explicativas**

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

<u>Emissora</u>	<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Companhia	Debêntures - 1ª série	21/12/09	460.750	(6.308)	454.442	CDI + 1,5%	CDI + 2%
	Debêntures - 2ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75%+ IPCA	9,39% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75%+ IPCA	9,37% + IPCA
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,84% + IPCA
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,97% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,91% + IPCA
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,87% + IPCA
			<u>1.420.000</u>	<u>(29.807)</u>	<u>1.390.193</u>		

**19. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultorias.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	<u>Natureza</u>	<u>Controladora (BR GAAP)</u>	
		<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo-			
Não circulante - mútuo:			
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	134.040	107.109
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Outras partes relacionadas	<u>66.590</u>	<u>104.822</u>
		<u>200.630</u>	<u>211.931</u>

**Notas Explicativas**

	Natureza	Controladora (BR GAAP)	
		31/12/2011	31/12/2010
Não circulante - clientes:			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	Controlada	2.411	1.338
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (c)	Controlada	356	340
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	8.619	3.983
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Outras partes relacionadas	1.683	-
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	590	-
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	637	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	254
Elog S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	52
		<u>14.296</u>	<u>5.967</u>
Total do ativo		<u>214.926</u>	<u>217.898</u>
Passivo-			
Não circulante-			
Contas a pagar-			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	<u>7</u>	<u>7</u>
Total do passivo		<u>7</u>	<u>7</u>
		Controladora (BR GAAP)	
		31/12/2011	31/12/2010
Resultado:			
Receita:			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	Controlada	18.039	17.160
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (c)	Controlada	4.642	4.449
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	58.381	52.440
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Outras partes relacionadas	21.596	20.544
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	7.626	7.200
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	2.637
Elog S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	439
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	<u>7.367</u>	-
		<u>117.651</u>	<u>104.869</u>
Despesa-			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	<u>195</u>	<u>181</u>
		<u>195</u>	<u>181</u>

**Notas Explicativas**

	Natureza	Consolidado (IFRS E BR GAAP)	
		31/12/2011	31/12/2010
<b>Ativo-</b>			
Circulante - créditos diversos-			
Consórcio Serra do Mar (d)	Outras partes relacionadas	-	260
Não circulante - mútuo-			
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Outras partes relacionadas	66.590	105.121
Não circulante - créditos diversos:			
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Outras partes relacionadas	1.683	-
Elog Sudeste S.A.(c)	Outras partes relacionadas	<u>637</u>	<u>-</u>
		68.910	105.381
<b>Intangível:</b>			
TB Transportadora Betumes Ltda.(g)	Outras partes relacionadas	313	106
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (g)	Outras partes relacionadas	-	5.199
Consórcio Planalto (f)	Outras partes relacionadas	-	57.886
SBS Engenharia e Serviços Ltda.(e)	Outras partes relacionadas	17.021	11.420
Consórcio Serra do Mar (d)	Outras partes relacionadas	<u>40.424</u>	<u>16.600</u>
		57.758	91.211
<b>Total do ativo</b>		<u><u>126.668</u></u>	<u><u>196.592</u></u>
<b>Passivo-</b>			
Circulante - contas a pagar:			
C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	87
TB Transportadora Betumes Ltda. (g)	Outras partes relacionadas	34	1
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	260	7
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Controladora	36	-
Consórcio Serra do Mar (d)	Outras partes relacionadas	1.090	-
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (g)	Outras partes relacionadas	370	26
<b>Total do passivo</b>		<u><u>1.790</u></u>	<u><u>121</u></u>

**Notas Explicativas**

	Natureza	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2011	31/12/2010
Resultado-			
Despesa:			
TB Transportadora Betumes Ltda.(g)	Outras partes relacionadas	24	11
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda.(g)	Outras partes relacionadas	30	344
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(c)	Controladora	412	-
SBS Engenharia e Serviços Ltda.(e)	Outras partes relacionadas	<u>366</u>	<u>106</u>
		<u>832</u>	<u>461</u>

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- O valor de R\$134.040 refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do CDI, acrescido de juros de 1,20% ao ano, com vencimento até 31 de março de 2012.
- O valor de R\$66.590 refere-se a contrato de mútuo com a Ecocataratas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do CDI, acrescido de juros de 1,20% ao ano, com vencimento até 31 de março de 2012.
- A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$114.204, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas à controladora EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e Impregilo SPA Sucursal Brasil, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega e viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada Ecovias dos Imigrantes e contratação de serviços emergenciais de contenção de encosta. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Ecopistas e o Consórcio Serra do Mar é de R\$229.957. Deste total, foram incorridos R\$183.224 e há um saldo de R\$46.733 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Ecosul e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia Caminho do Mar. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$40.985 e entre a Ecovia Caminho do Mar e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$44.000, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. Em 31 de dezembro de 2011, há um saldo de R\$8.453 de serviços a incorrer com esses contratos. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.



## Notas Explicativas

- (f) O Consórcio Planalto, formado pelas partes relacionadas à controladora direta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA Sucursal Brasil, controladora indireta da EcoRodovias, presta serviços de ampliação da “Nova” Marginal Tietê e recuperação do pavimento flexível na Rodovia Ayrton Senna. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Planalto é de R\$54.625, incluindo o aditivo contratual. Em 31 de dezembro de 2011, há um saldo de R\$343 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (g) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., formadas pelas partes relacionadas à controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA Sucursal Brasil, controladora indireta da EcoRodovias, prestam serviços de fornecimento e transporte de material asfáltico à Ecovia Caminho do Mar e à Ecopistas. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Companhia, a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$17.658, incluindo o aditivo contratual. Em 31 de dezembro de 2011, há um saldo de R\$14.429 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (h) A C.R Almeida Engenharia de Obras S.A., empresa relacionada à EcoRodovias, presta serviços de recuperação de pavimentos flexíveis nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Ecopistas e a C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A. é de R\$7.517. O término do contrato foi em fevereiro de 2010 e há um saldo de R\$286 a incorrer com ele. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

## 20. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Salários e outras obrigações a pagar	1.858	1.435	4.874	4.192
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	452	363	1.246	1.392
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	174	142	441	391
IRRF a recolher	351	290	673	601
Contribuição Sindical a recolher	-	-	8	6
Provisão de férias	1.978	1.660	4.957	4.174
Encargos sobre provisões de férias	<u>963</u>	<u>620</u>	<u>2.044</u>	<u>1.558</u>
	<u>5.776</u>	<u>4.510</u>	<u>14.243</u>	<u>12.314</u>

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

**Notas Explicativas****21. CREDOR PELA CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Parcelas:		
Fixas	68.646	72.050
Variáveis	<u>3.535</u>	<u>2.587</u>
	<u>72.181</u>	<u>74.637</u>
Circulante	<u>17.082</u>	<u>15.205</u>
Não circulante	<u>55.099</u>	<u>59.432</u>

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 31 de dezembro de 2011, restam 76 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 68,33% do total (62,92% em 31 de dezembro de 2010).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo é subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 31 de dezembro de 2011, todas as parcelas haviam sido quitadas.

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação nas controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas e 1% na Ecosul.

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	-	11.552
2013	12.477	10.842
2014	11.394	9.901
2015	10.406	9.042
Posteriores a 2016	<u>20.822</u>	<u>18.095</u>
	<u>55.099</u>	<u>59.432</u>

## Notas Explicativas

O Poder Concedente elaborou e a controlada direta Ecovias concordou com o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA; no entanto, as demais correções utilizadas pela Concessão serão mantidas pelo IGP-M. Se verificado o desequilíbrio econômico da Concessão, poderá haver o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação ainda deve ser aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes.

### 22. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os valores registrados como provisão para manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,56% ao ano. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2011</u>
Constituição da provisão para manutenção	177.273	64.828	-	-	242.101
Efeito do valor presente sobre a constituição	(34.377)	-	-	(9.589)	(43.966)
Realização da manutenção	(92.944)	-	(45.499)	-	(138.443)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>17.058</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.667</u>	<u>23.725</u>
	<u>67.010</u>	<u>64.828</u>	<u>(45.499)</u>	<u>(2.922)</u>	<u>83.417</u>
Circulante	<u>12.838</u>				<u>24.854</u>
Não circulante	<u>54.172</u>				<u>58.563</u>

### 23. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,56% ao ano.

**Notas Explicativas**

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2011</u>
Constituição da provisão para obras futuras	21.078	-	-	21.078
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	-	-	(4.238)	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>5.962</u>	<u>1.665</u>	<u>-</u>	<u>7.627</u>
	<u>17.029</u>	<u>1.665</u>	<u>(4.238)</u>	<u>14.456</u>
Circulante	<u>10.143</u>			<u>12.527</u>
Não circulante	<u>6.886</u>			<u>1.929</u>

#### 24. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e o saldo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2011 são como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>Cisão Ecocataratas</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2010</u>
Cível (a)	12.401	(1.924)	5.039	(1.600)	1.485	15.401
Tributária (b)	1.339	(821)	503	(540)	44	525
Trabalhista (c)	<u>8.057</u>	<u>(1.832)</u>	<u>2.839</u>	<u>(1.978)</u>	<u>943</u>	<u>8.029</u>
	<u>21.797</u>	<u>(4.577)</u>	<u>8.381</u>	<u>(4.118)</u>	<u>2.472</u>	<u>23.955</u>

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2011</u>
Cível (a)	15.401	4.286	(7.063)	3.924	16.548
Tributária (b)	525	1.380	(221)	86	1.770
Trabalhista (c)	<u>8.029</u>	<u>4.156</u>	<u>(5.567)</u>	<u>1.774</u>	<u>8.392</u>
	<u>23.955</u>	<u>9.822</u>	<u>(12.851)</u>	<u>5.784</u>	<u>26.710</u>

##### (a) Processos cíveis

Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas possuem outras perdas de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2011, R\$9.542 (R\$6.614 em 31 de dezembro de 2010), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

## Notas Explicativas

Uma das principais demandas refere-se a processo administrativo fiscal da controlada direta Ecovias dos Imigrantes decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada em dezembro de 2010, restando o auto julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias dos Imigrantes, para reduzir o valor originalmente discutido de R\$81.000 para aproximadamente R\$11.457, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e possíveis com relação à imputação de juros proporcionais.

### (b) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2011, também existem outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$12.944 (R\$17.320 em 31 de dezembro de 2010), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

### (c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2011, também existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$7.453 (R\$8.375 em 31 de dezembro de 2010), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

## 25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social é de R\$391.283 (R\$391.283 em 31 de dezembro de 2010) e está representado por 391.283 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de janeiro de 2010, foi aprovado o aumento de capital de R\$438.465 para R\$454.206, mediante a emissão de 15.741.620 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação, nos termos do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, consistentes em ações ordinárias nominativas de emissão da Ecovias detidas pela Companhia, com tudo o que estas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de janeiro de 2010, foi aprovado o aumento de capital de R\$454.206 para R\$477.792, mediante a emissão de 23.585.575 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação, nos termos do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, consistentes em ações ordinárias nominativas de emissão da Ecovias detidas pela Companhia, com tudo o que estas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

## Notas Explicativas

### b) Capital autorizado

Conforme Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

### c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

### d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Ordinária dentro dos primeiros quatro meses do ano 2012 para, entre outras coisas, deliberar sobre a distribuição da reserva de lucros na forma de dividendos.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio limitados à variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no exercício, no montante de R\$24.463 (R\$3.669 de IRRF), os quais foram contabilizados como despesas financeiras para fins fiscais e estão demonstrados como distribuição de dividendos para fins contábeis, visando não produzir efeito no lucro líquido, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica “Imposto de renda e contribuição social”.

O cálculo dos dividendos é como segue:

	<u>31/12/2011</u>
Prejuízos acumulados	-
Lucro líquido do exercício	369.033
Reserva legal (5%)	<u>(18.452)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>350.581</u>
Proposta da Administração:	
Juros sobre o capital próprio	24.463
IRRF	3.669
Dividendos propostos	<u>63.182</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>91.314</u>
Dividendos adicionais propostos - classificados como reserva de lucros	<u>259.267</u>

**Notas Explicativas**

## e) Participações de acionistas não controladores

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldos no início do exercício	6.664	-
Incorporação de controladas	-	2.920
Juros sobre o capital próprio	(8.171)	-
Participação nos lucros do exercício	<u>4.549</u>	<u>3.744</u>
Saldos no fim do exercício	<u>3.042</u>	<u>6.664</u>

## f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

A Companhia, por meio de suas controladas diretas, concede a alguns executivos plano de opção com base em ações da controladora indireta EcoRodovias.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo "Black-Scholes" para a precificação do valor justo das opções. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi registrado na rubrica "Prêmio de opções" o valor de R\$111.

**26. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS**Ecovias dos Imigrantes

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A controlada direta Ecovias iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a controlada iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, compensou no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o valor de R\$32.455 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão. Do início do reequilíbrio econômico-financeiro até 31 de dezembro de 2011, o valor total compensado foi de R\$241.659 (R\$200.368 em 31 de dezembro de 2010).

**Notas Explicativas****27. RECEITA LÍQUIDA**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	-	-	538.242	632.349
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	-	-	529.456	455.186
Vale-pedágio e pedágio em cupons	-	-	121.616	126.523
Outras	-	-	<u>1.075</u>	<u>2.732</u>
	-	-	1.190.389	1.216.790
Receita de construção	-	-	192.998	174.249
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	<u>119.284</u>	<u>104.853</u>	<u>76.275</u>	<u>52.450</u>
Receita bruta	119.284	104.853	1.459.662	1.443.489
Deduções de receita	(15.502)	(12.515)	(86.956)	(89.002)
Receita líquida	<u>103.782</u>	<u>92.338</u>	<u>1.372.706</u>	<u>1.354.487</u>

(a) Refere-se às receitas de prestação de serviços da parte relacionada Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP relativas a taxas de adesão e manutenção de pedágio eletrônico.

(b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas prestados pela Companhia.

**28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	Controladora (BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pessoal	32.858	25.829
Conservação e manutenção	2.071	1.138
Serviços de terceiros	6.670	6.120
Depreciação e amortização	5.391	27.381
Locação e aluguéis	1.709	1.560
Outros	<u>3.805</u>	<u>3.921</u>
	<u>52.504</u>	<u>65.949</u>
Classificados como-		
Custo dos serviços prestados	<u>52.504</u>	<u>65.949</u>



**Notas Explicativas**

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pessoal	96.883	97.941
Conservação e manutenção	49.468	63.350
Serviços de terceiros (*)	49.809	54.206
Seguro	8.555	11.296
Poder Concedente	45.644	37.291
Provisão para manutenção	55.356	43.575
Custos com construção	192.998	174.249
Depreciação e amortização	106.734	123.731
Locação	8.359	9.780
Outros	<u>33.559</u>	<u>39.388</u>
	<u>647.365</u>	<u>654.807</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	592.648	581.708
Despesas gerais e administrativas	<u>54.717</u>	<u>73.099</u>
	<u>647.365</u>	<u>654.807</u>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

**29. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	20.885	10.923	52.053	24.217
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	338	44	3.902	525
Outras	<u>27.376</u>	<u>1.680</u>	<u>12.277</u>	<u>89</u>
	<u>48.599</u>	<u>12.647</u>	<u>68.232</u>	<u>24.831</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(64.392)	(64.131)	(135.285)	(111.590)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(24.514)	(55.393)
Variação monetária sobre debêntures	(9.802)	(8.077)	(49.918)	(46.276)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(9.548)	(29.773)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(2.134)	(2.195)	(4.419)	(3.559)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01 - Contrato de Concessão	-	-	(8.333)	(17.108)
Outras	<u>(61)</u>	<u>(1.516)</u>	<u>(5.761)</u>	<u>(10.143)</u>
	<u>(76.389)</u>	<u>(75.919)</u>	<u>(237.778)</u>	<u>(273.842)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(27.790)</u>	<u>(63.272)</u>	<u>(169.546)</u>	<u>(249.011)</u>

**Notas Explicativas****30. LUCRO POR AÇÃO**

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,94</u>	<u>0,74</u>

**a) Lucro básico por ação**

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>369.033</u>	<u>288.948</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>391.369</u>	<u>388.106</u>

**b) Lucro básico diluído**

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

**31. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS**

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a PLR foi de R\$3.141 (R\$1.624 em 31 de dezembro de 2010), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

**32. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS  
- CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos e debêntures, detalhados nas notas explicativas nº 16 e nº 17, deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações de acionistas não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 25).

## Notas Explicativas

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

### Risco de mercado

#### a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia e suas controladas não apresentavam saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

#### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

### Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 102,72% do CDI, e refletem as condições de mercado no fim de cada exercício.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ao ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro: são classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 16, nº 17 e nº 18.

**Notas Explicativas**Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Dívida (a)	440.128	618.258	1.448.292	1.517.241
Caixa e saldos de bancos (incluindo caixa e saldos em grupo de ativos mantidos para venda)	(268.131)	(183.812)	(431.943)	(252.866)
Dívida líquida	<u>171.997</u>	<u>434.446</u>	<u>1.016.349</u>	<u>1.264.375</u>
Patrimônio líquido (b)	<u>857.341</u>	<u>579.511</u>	<u>860.383</u>	<u>586.175</u>
Índice de endividamento líquido	<u>0,20</u>	<u>0,75</u>	<u>1,18</u>	<u>2,16</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 16, nº 17 e nº 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
<b>Ativos:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	26.354	26.354
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	66.325	66.325
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	472.896	472.896
<b>Passivos:</b>			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	32.184	32.184
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	258.887	257.179
Arrendamento mercantil financeiro	Outros passivos financeiros	1.090	1.090
Debêntures (d)	Outros passivos financeiros	1.188.314	1.196.038
Credor pela concessão (e)	Outros passivos financeiros	72.181	89.945

(a) O saldo de clientes e fornecedores possui prazo de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor justo no fim de cada exercício.

(c) Calculado por meio do fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer.

## Notas Explicativas

- (d) Calculado por meio das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures e conforme o preço unitário - PU, atualizado em 31 de dezembro de 2011.
- (e) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Credor pela concessão”.

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresenta termos e condições padrão, que são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados.

### a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

### b) Risco de crédito

#### Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$58.360 (R\$44.481 em 31 de dezembro de 2010), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora direta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

## Notas Explicativas

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva -	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	2015 em <u>diante</u>
	<u>% a.a.</u>				
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	10.492	9.303	9.303	67.666
Capital de giro	108,99% do CDI	122.556	-	-	-
Capital de giro	TJLP + 2,45% a.a.	13.358	12.971	13.238	-
Arrendamento mercantil financeiro	16,71% a.a.	900	190	-	-
Credor pela concessão	IGP-M	16.233	12.477	11.394	31.228
Debêntures	IGP-M + 9,5% a.a.	117.748	125.625	92.493	-
Debêntures	IPCA + 8,75% a.a.	248.260	178.403	86.955	338.830
Debêntures	IPCA + 8,75% a.a.	191.589	143.765	52.317	52.457

### d) Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações. A Companhia está constantemente monitorando mudanças nos cenários político e setorial que possam influenciar suas atividades, por meio de acompanhamento dos principais indicadores de performance.

### Análise de sensibilidade

#### *Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia e por suas controladas:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	13.157	15.524	17.862
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IGP-M	51.139	55.851	60.560
Juros sobre a 1ª, 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IPCA	95.148	109.407	123.566
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures	Alta do IPCA	328.555	355.984	396.522
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	10.840	13.056	15.263
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	9.623	12.029	14.434

## Notas Explicativas

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2011 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	11,60%	14,50%	17,40%
IGP-M (b)	5,10%	6,38%	7,65%
IPCA (c)	6,50%	8,13%	9,75%

(a) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2011.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M em 31 de dezembro de 2011.

(c) Refere-se à taxa do IPCA em 31 de dezembro de 2011.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

### 33. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro-garantia	R\$529 milhões
Empilhadeiras e equipamentos	R\$1,7 milhões
“All Risk” - responsabilidade civil	R\$1.227 milhões
“All Risk” - patrimoniais e danos materiais	R\$4.805 milhões
Seguro - sede	R\$5 milhões
“All Risk” - perda de receita	R\$1.083 milhões
Veículos	Tabela FIPE
“All Risk” - risco de engenharia	R\$123 milhões

## Notas Explicativas

### 34. CONTRATOS DE CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

#### Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, incluindo as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento da verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o fim do contrato.
- b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao fim do contrato.
- c) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
  - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
  - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
  - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
  - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia Caminho do Mar foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita de construção	23.632	22.195
Custos de construção	<u>(23.632)</u>	<u>(22.195)</u>
	=====	=====



## Notas Explicativas

De acordo com o contrato de concessão, a Ecovia Caminho do Mar não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

### Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, por meio do TAM nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

#### a) Ampliação principal

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

#### b) Pagamento de

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

## Notas Explicativas

O contrato de concessão da Ecovias dos Imigrantes foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita de construção	73.343	44.561
Custos de construção	(73.343)	(44.561)
	<u>      -</u>	<u>      -</u>

Em 31 de dezembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecovias dos Imigrantes estão estimados em R\$450.163 (R\$517.075 em 31 de dezembro de 2010).

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes.

### Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no fim da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e fim do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e fim do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.

## Notas Explicativas

- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e fim do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e fim do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e fim do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviários S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante a ser pago em 18 parcelas mensais.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, esta será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- a) Prorrogação do prazo de concessão.
- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.
- e) Emprego de verbas do tesouro.
- f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

## Notas Explicativas

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos para a Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim; porém, os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita de construção	64.478	89.057
Custos de construção	(64.478)	(89.057)
	<u>      -</u>	<u>      -</u>

Em 31 de dezembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecopistas estão estimados em R\$329.633 (R\$387.702 em 31 de dezembro de 2010).

### Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

## Notas Explicativas

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita de construção	31.546	17.958
Custos de construção	(31.546)	(17.958)
	<u>      -</u>	<u>      -</u>

Em 31 de dezembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecosul estão estimados em R\$70.475 (R\$103.569 em 31 de dezembro de 2010).

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do exercício.

### 35. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e suas controladas e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores, para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas contribuíram com o montante de R\$355 (R\$737 em 31 de dezembro de 2010), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

### 36. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DA CONTROLADA ECOVIA CAMINHO DO MAR

A controlada direta Ecovia Caminho do Mar faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias (o prazo final da concessão de ambas é novembro de 2021). A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das

## Notas Explicativas

ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos 2003 a 2009, tentativa de nulidade de aditivos contratuais vigentes e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná, seja por decisões liminares, seja por sentenças ou também por recursos em instância superior, ou seja, os contratos de concessão não foram atingidos.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminares, a maioria já confirmada em todas as instâncias, parte por meio de sentenças de mérito. Houve ainda, em 2007, a edição de duas leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias a categorias determinadas de usuários das rodovias. Em ambos os casos, as decisões judiciais nas ações que discutiram a validade de tais leis foram favoráveis às concessionárias, inclusive com trânsito em julgado no mandado de segurança impetrado em razão da lei que pretendia isenção tarifária aos veículos emplacados nos municípios das praças de pedágio. A Ecovia Caminho do Mar busca, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os contratos de concessão de cada uma dessas concessionárias, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela anterior Administração Estatal. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, ou seja, por compensação pecuniária direta do poder público, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante a situação patrimonial e financeira e o resultado das operações da Companhia e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

### 37. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia e de suas controladas consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia e de suas controladas.

### 38. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e de suas controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2012 e para reemissão em 2 de outubro de 2012, pelas razões apresentadas na nota explicativa nº39.

**Notas Explicativas****39. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, estão sendo reapresentadas para contemplar as seguintes reclassificações no fluxo de caixa consolidado:

	Saldo de 31/12/2010 originalmente apresentado	Reclassificação	Saldo de 31/12/2010 reapresentado
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	455.114	81.184	536.298
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(91.989)	(124.326)	(216.315)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(185.424)	(159.602)	(345.026)
Efeito do caixa e equivalentes de caixa de controladas recebido em aumento de capital	(202.744)	202.744	-

Essas reclassificações decorrem substancialmente da alocação do efeito de caixa e equivalentes de caixa de controladas recebidos em aumento de capital, conforme demonstrado acima, para as atividades de financiamento. Em adição, a Companhia identificou algumas transações não caixa incluídas no fluxo de caixa, as quais foram eliminadas.

**Notas Explicativas**

## 40. EVENTO SUBSEQUENTE

Reestruturação societária

Em 30 de março de 2012, a participação da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. na Ecocataratas foi contribuída ao capital da Companhia, com base nos saldos contábeis em 29 de fevereiro de 2012, como segue:

ATIVO	<u>R\$</u>
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	18.912
Clientes	7.889
Tributos a recuperar	213
Despesas antecipadas	860
Outros créditos	<u>285</u>
Total do ativo circulante	<u>28.159</u>
NÃO CIRCULANTE	
Tributos diferidos	44.827
Despesas antecipadas	391
Depósitos judiciais	2.130
Imobilizado	12.402
Intangível	<u>397.819</u>
Total do não circulante	<u>457.569</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>485.728</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	
Arrendamento mercantil financeiro	202
Fornecedores	5.000
Obrigações sociais e trabalhistas	1.917
Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.067
Provisão para manutenção	20.142
Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.564
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	544
Outras contas a pagar	<u>1.274</u>
Total do passivo circulante	<u>32.710</u>
NÃO CIRCULANTE	
Arrendamento mercantil financeiro	20
Partes relacionadas – mútuo	69.715
Provisão para manutenção	71.958
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	5.503
Tributos diferidos	384
Outras contas a pagar	<u>6</u>
Total do passivo não circulante	<u>147.586</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>305.432</u>
% de participação detido pela controladora	100,00%
SALDO DO INVESTIMENTO DA CONTROLADORA NA ECOCATARATAS	<u>305.432</u>



## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.  
São Bernardo do Campo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras, e consideradas informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Conforme descrito na nota explicativa nº 39, a Companhia está reapresentando as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, para contemplar reclassificações na demonstração do fluxo de caixa do exercício de 31 de dezembro de 2010, apresentada para fins de comparação.

São Paulo, 2 de outubro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Ismar de Moura  
Auditores Independentes Contador  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 179631/O-2

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

### Declaração dos diretores

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Marcelino Rafart de Seras  
Diretor Presidente

Federico Botto  
Diretor Vice-Presidente Executivo

Marcello Guidotti  
Diretor de Finanças

Roberto Koiti Nakagome  
Diretor de Relações com Investidores

Dario Rais Lopes  
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

### Declaração dos diretores

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Marcelino Rafart de Seras  
Diretor Presidente

Federico Botto  
Diretor Vice-Presidente Executivo

Marcello Guidotti  
Diretor de Finanças

Roberto Koiti Nakagome  
Diretor de Relações com Investidores

Dario Rais Lopes  
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

**Motivos de Reapresentação**

<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>
2	Alteração entre linhas da Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado de 2010, mas que não alteram o total da geração.